

17 MAI 1990

8 — O ESTADO DE S. PAULO

# Senado libera nota da renúncia de Jânio

BRASÍLIA — A comissão especial do Senado, que está divulgando documentos considerados "secretos", liberou ontem dois documentos históricos. Um deles é a cópia da mensagem da renúncia do então presidente da República, Jânio Quadros, endereçada ao Congresso Nacional. E o outro é a nota do então ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, pedindo a recusa do Congresso à renúncia de Jânio. A Comissão do Senado não explicou se havia qualquer ligação entre os dois documentos.

A nota de Afonso Arinos estabelece que "os ministros militares não podem tomar conhecimento do documento da renúncia antes do Congresso Nacional", e continuava explicando que "o Congresso, por sua grande maioria, é concitado a recusar a renúncia sem o que se rá o caos, a guerra civil".

Já a mensagem assinada por Jânio Quadros informa "ao Congresso Nacional, nesta data, e por este instrumento, deixando com o ministro da Justiça as razões de meu ato, renuncio ao mandato de presidente da República". O documento leva a data de 25 de agosto de 1961, sete me-

ses depois de Jânio ter assumido a Presidência da República.

Outro documento liberado ontem foi a famosa proclamação do presidente em exercício, Ranieri Mazzilli, datada de 28 de agosto de 1961, afirmando que os ministros militares manifestaram "a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do vice-presidente João Belchior Marques Goulart".

Na mesma noite da divulgação da frase de Mazzilli, o presidente em exercício da Câmara na época, Sérgio Magalhães, a leu em plenário mas, falando em voz alta, o então deputado do PDS mineiro, Último de Carvalho, pediu "ciente, arquive-se". Sua intervenção provocou risos gerais. Este diálogo também foi divulgado ontem pelo Senado.

A Câmara dos Deputados aprovou ontem que projeto de lei extingue o recurso ex officio previsto no Código de Processo Penal. Das oito matérias em pauta, a Câmara aprovou somente duas, rejeitou outras duas e adiou as quatro restantes. Também foi aprovada a criação do grupo parlamentar Brasil-França.